SUMÁRIO

PARTE I
VÓLIA BOMFIM CASSAR

CAPÍTULO 1 – DIREITO INTERTEMPORAL 3

1.1. Direito intertemporal no direito material do trabalho 3

CAPÍTULO 2 – A REFORMA TRABALHISTA E AS NORMAS INTERNACIONAIS 7

2.1. Hierarquia 8

2.2. Após a Emenda Constitucional 45/04 8

CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO 13

3.1. Princípio da prevalência da norma mais favorável ao trabalhador 14

3.2. Princípio da prevalência da condição mais favorável ao empregado 15

3.3. Princípio *in dubio pro misero* 16

3.4. Princípio da primazia da realidade 16

3.5. Princípio da irredutibilidade, da integralidade e da intangibilidade salarial 19

3.6. Princípio da inalterabilidade contratual prejudicial ao empregado 19

3.7. Princípio da irrenunciabilidade e da intransacionabilidade 21

3.7.1. Renúncias e transações trazidas pela Reforma Trabalhista – Lei 13.467/2017 21

3.8. Princípio da unidade, da estabilidade ou da segurança 26

3.9. Conclusão 27

CAPÍTULO 4 – DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO 29

4.1. Grupo econômico – art. 2.º da CLT 29
4.2. Tempo à disposição – art. 4.º da CLT 30
4.3. Art. 8.º da CLT 32
4.4. Art. 10-A da CLT: sócio retirante 35
4.5. Prescrição – arts. 11 e 11-A da CLT 36
4.6. Multa administrativa – arts. 47 e 47-A da CLT 39
4.7. Horas *in itinere* – art. 58 da CLT 40
4.8. Contrato por tempo parcial – art. 58-A da CLT 41
4.9. Compensação de jornada – art. 59 da CLT 43
4.10. Compensação de jornada 12 x 36 – arts. 59-A e 59-B da CLT 45
4.11. Trabalho extra em local insalubre – art. 60 da CLT 47
4.12. Hora extra em serviços inadiáveis ou necessidade imperiosa – art. 61 da CLT 48
4.13. Teletrabalho – arts. 62 e 75-A e seguintes da CLT 49
4.14. Intervalo intrajornada – art. 71 da CLT 52
4.15. Parcelamento das férias – art. 134 da CLT 54
4.16. Dano moral – arts. 223-A e seguintes da CLT 55
4.17. Gestante e lactante em trabalho insalubre – art. 394-A da CLT 61
4.18. Amamentação – art. 396 da CLT 62
4.19. Autônomo – art. 442-B da CLT 63
4.20. Contrato intermitente – arts. 443, 452-A e seguintes da CLT 65
4.21. Livre autonomia contratual – alto empregado com diploma de curso superior – art. 444 da CLT 71
4.22. Sucessão de empresários – art. 448-A da CLT 72
4.23. Uniforme e logomarcas – art. 456-A da CLT 73
4.24. Elementos do salário – art. 457 da CLT 73
4.25. Utilidades relacionadas à saúde – art. 458 da CLT 81
4.26. Equiparação salarial – art. 461 da CLT 82
4.27. Supressão da gratificação de função de confiança – art. 468 da CLT 84
4.28. Extinção do contrato sem homologação sindical – art. 477 da CLT 85
4.29. Dispensas plúrimas e coletivas – art. 477-A da CLT 88
4.30. Art. 477-B da CLT 89

4.31. Justa causa – art. 482 da CLT 90
4.32. Distrato – art. 484-A da CLT 91
4.33. Arbitragem – art. 507-A da CLT 91
4.34. Quitação sindical anual – art. 507-B da CLT 93
4.35. Estabilidade do empregado representante da empresa – arts. 510-A e seguintes da CLT 94

CAPÍTULO 5 – DIREITO COLETIVO 99

5.1. Contribuição sindical – arts. 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da CLT 99
5.2. Flexibilização – negociado sobre o legislado – arts. 611-A e 611-B da CLT 102
5.2.1. Outros casos 116
5.2.2. Contrapartidas 117
5.2.3. Limitações 117
5.3. Vigência do acordo e da convenção coletiva – art. 614 da CLT 118
5.4. Prevalência do acordo sobre a convenção coletiva – art. 620 da CLT 119
5.5. Contribuições do FGTS e INSS 120

CAPÍTULO 6 – LEI 6.019/1974 – TRABALHO TEMPORÁRIO E TERCEIRIZAÇÃO 123

6.1. Mudanças para a terceirização efetuada por meio do trabalho temporário 124
6.2. Terceirização praticada pela empresa de prestação de serviços (terceirização em geral) 125
6.3. Conclusão 127

CAPÍTULO 7 – PROCESSO DO TRABALHO 129

7.1. Direito intertemporal – processo 129
7.2. Competência – jurisdição voluntária – acordo extrajudicial – art. 652 da CLT 130
7.3. Súmulas e enunciados de jurisprudência – art. 702 da CLT 131
7.4. Prazos processuais – art. 775 da CLT 135
7.5. Teto para recolhimento das custas processuais – art. 789 da CLT 136
7.6. Gratuidade de justiça – art. 790 da CLT 137

7.7. Honorários periciais – art. 790-B da CLT 138
7.8. Honorários advocatícios – art. 791-A da CLT 139
7.9. Da litigância de má-fé – arts. 793-A e seguintes da CLT 142
7.10. Exceção de incompetência territorial – art. 800 da CLT 144
7.11. Ônus da prova e distribuição dinâmica – art. 818 da CLT 146
7.12. Requisitos da petição inicial – art. 840 da CLT 147
7.13. Desistência da ação – art. 841 da CLT 148
7.14. Preposto – art. 843 da CLT 149
7.15. Ausência do reclamante e revelia – art. 844 da CLT 150
7.16. Momento da defesa no PJE – art. 847 da CLT 152
7.17. Desconsideração da personalidade jurídica – art. 855-A da CLT 152
7.18. Homologação de acordo extrajudicial – arts. 855-B e seguintes da CLT 154
7.19. Execução das contribuições previdenciárias – art. 876 da CLT 155
7.20. Fim da execução de ofício – art. 878 da CLT 156
7.21. Impugnação da liquidação – art. 879 da CLT 157
7.22. Garantia da execução – art. 882 da CLT 158
7.23. Protesto e BNDT da decisão transitada em julgado – art. 883-A da CLT 159
7.24. Isenção de garantia do juízo da execução – art. 884 da CLT 160
7.25. Fim do IUJ e novo requisito para o recurso de revista – art. 896 da CLT 161
7.26. Transcedência do recurso de revista – art. 896-A da CLT 164
7.27. Depósito recursal – art. 899 da CLT 165

PARTE II
LEONARDO DIAS BORGES

CAPÍTULO 8 – DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 171
8.1. Grupo econômico e sua integração processual (art. 2º, §§ 2º e 3º, da CLT) 171
8.2. Aplicação da norma jurídica (art. 8º da CLT) 175
8.3. A responsabilidade do sócio retirante (art. 10-A da CLT) 178
8.4. A prescrição intercorrente (art. 11-A da CLT) 181

8.5. Da multa em face do descumprimento de regra de anotação do registro de trabalhadores nas empresas (arts. 47 e 47-A da CLT) 186
8.6. Da competência funcional e o processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial (arts. 855-B a 855-E da CLT) 187
8.7. Da execução previdenciária (art. 876, parágrafo único, da CLT) 192
8.8. Da iniciativa da execução (art. 878 da CLT) 195
8.9. Sobre a gratuidade de justiça (arts. 790, §§ 3º e 4º, 790-B e 791-A, § 4º, da CLT) 196
8.10. Dos honorários advocatícios (art. 791-A da CLT) 208
8.11. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 855-A da CLT) 212
8.12. Da exceção de incompetência e da competência em razão do lugar (art. 800 da CLT) 217
8.13. Da busca por uma motivação para conciliação extrajudicial (arts. 652, 855-B a 855-E da CLT) 220
8.14. Distribuição do encargo probatório (art. 818 da CLT) 223
8.15. Da responsabilidade por dano processual (arts. 793-A a 793-D da CLT) 226
8.16. Da petição inicial escrita (art. 840 da CLT) 230
8.17. A desistência da ação (art. 841, § 3º, da CLT) 231
8.18. Do preposto (art. 843 da CLT) 235
8.19. Da ausência do reclamante (art. 844 da CLT) 237
8.20. Da revelia (art. 844, §§ 4º e 5º, da CLT) 240
8.21. Da liquidação de sentença (art. 879 da CLT) 244
8.22. Do seguro garantia judicial (arts. 882 e 883 da CLT) 248
8.23. Do protesto judicial (art. 883-A da CLT) 251
8.24. Desnecessidade de garantia executória (art. 884 da CLT) 253
8.25. Do sistema recursal extraordinário (arts. 896 e 896-A da CLT) 257
8.26. A queda do incidente de uniformização da jurisprudência – IUJ 261
8.27. Do recurso ordinário (arts. 895 e 899 da CLT) 264
8.28. Da competência do Tribunal Pleno (art. 702 da CLT) 272
8.29. Da contagem dos prazos (art. 775 da CLT) 274
8.30. Os prazos processuais e o recesso forense 277
8.31. Do litisconsórcio necessário (art. 611-A, § 5º, da CLT) 280

BIBLIOGRAFIA 285